



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

RESULTADOS

Ref.: Março/2026

1. **Elaboração de Plano de Trabalho para o 1º semestre de 2026** – em cumprimento ao quanto disposto no inciso IV, do art. 5º, do Decreto Judiciário Nº 146, de 20/02/2026, que determinou a elaboração de Plano de Trabalho por todos os Colegiados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a Comissão Especial de Informática elaborou o referido Plano, referente ao primeiro semestre do ano em curso, submetendo-o à aprovação dos Membros, durante a reunião ordinária do mês de março, encaminhando-o à Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais (AEP-II), nos termos do referido normativo. Registre-se que o aludido documento foi encaminhado à ASCOM para publicação, encontrando-se na seção “Planos de Trabalho” do Portal da Transparência, seção da Comissão Especial de Informática, ano de 2026:

https://www.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2026/04/PLANO_DE_TRABALHO_CEIN_2026-1oSEM_ASSINADO.pdf

2. **Plano de Segurança da Informação** – a Comissão aprovou o Plano de Segurança da Informação apresentado pela Secretaria de TI e Modernização na reunião do dia 18 de março, autorizando o uso do recurso de MFA (Duplo Fator de Autenticação) para acesso aos sistemas de informação, bem como, patrocinando palestra sobre a utilização desse recurso, direcionada a todos os Magistrados e Servidores do PJBA, a qual foi realizada no dia 25 de março, no auditório principal do TJBA, em colaboração com empresa parceira da SETIM.
3. **Calendário de Paradas para Manutenção** - a Comissão Especial de Informática aprovou, no bojo da reunião ordinária do mês de março, realizada no dia 18 de março do corrente, o Calendário de Paradas Programadas de Manutenções Técnicas de sistemas judiciais, elaborado pela SETIM. Durante o referido encontro, também, foi aprovada pelo Colegiado sugestão posta pelo Diretor de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

Infraestrutura, no sentido da edição de normativo para divulgação do aludido Calendário. Em atendimento à demanda, a Comissão encaminhou expediente à Presidência do Tribunal de Justiça solicitando a edição de normativo em tal sentido, o que veio a ocorrer, através da publicação, no DJE do dia 22 de abril do corrente, do Decreto Judiciário Nº 468, de 17 de abril de 2026.

4. **Proposta de Emenda Regimental** – foi decidido pelo Colegiado, durante a reunião ordinária realizada no dia 18 de março do corrente, que o Desembargador Ricardo Régis Dourado ficaria incumbido da elaboração de minuta de Proposta de Emenda Regimental referente às atribuições, competência e composição da Comissão Especial de Informática. A referida minuta foi redigida e encaminhada pelo Gabinete do aludido Membro Titular da Comissão Especial de Informática no dia 21 de março, sendo divulgada aos demais Integrantes do Colegiado, através de disponibilização no grupo de WhatsApp da CEIN. A Proposta ficou de ser discutida e deliberada na reunião ordinária da Comissão do mês de maio.
5. **Gravação de Audiências: substituição do sistema Lifesize** – foi decidido pela Comissão, na reunião ordinária do mês de março, que a Presidência do Órgão encaminharia expediente à Assessoria Especial da Presidência para o Eixo de Tecnologia da Informação (AEP-TIC), solicitando-lhe a edição de normativo disciplinando a substituição da plataforma Lifesize pela solução Microsoft Teams, para gravação de audiências através do sistema AUDIN. Tal solicitação redundou na abertura, pela AEP-TIC, no dia 17 de abril do corrente, do processo 80520986.000075/2026-42, contendo minuta do solicitado normativo, bem como, requerendo manifestações sobre a proposta por parte da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), da Coordenação dos Juizados Especiais (COJE), da Secretaria Judiciária (SEJUD), da Diretoria de Infraestrutura (DIN) e da própria Comissão Especial de Informática.

Salvador, 24 de abril de 2026.

AFRÂNIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR

Servidor da Comissão Especial de Informática do TJBA